



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

VARA DO TRABALHO DE CIANORTE

Travessa Itororó, 188 - Centro - CEP 87200-153 – Cianorte-PR

Fone: (44) 3351-5570 e-mail: vdto1cne@trt9.jus.br

EDITAL DE LEILÃO Nº 002/2025

O DOUTOR EVERTON GONCALVES DUTRA, MM. JUIZ DA VARA DO TRABALHO DE CIANORTE, ESTADO DO PARANÁ, FAZ SABER que, para a realização do **1º leilão** designo o dia **16 de Julho de 2025, encerrando a partir das 10h00**, por lance igual ou superior ao da avaliação, que será realizado na modalidade ONLINE; e o **2º leilão dia 16 de Julho de 2025, encerrando a partir das 14h00**, pelo maior lance, não sendo aceito lance vil, que será realizado na modalidade ONLINE junto ao site www.jeileiloes.com.br, mediante cadastro prévio e envio de documentação em até 24 horas antes do Leilão no site www.jeileiloes.com.br, não sendo aceito lances por e-mail. Havendo lance nos três minutos antecedentes ao fechamento do pregão, este será prorrogado em mais três minutos para oportunizar aos interessados a oferta de novos lances, pelo Leiloeiro Oficial Sr. **JORGE VITORIO ESPOLADOR**, será realizado o LEILÃO dos bens penhorados nos processos que se relacionam abaixo:

02 – Autos sob nº 0000336-81.2019.5.09.0092 – Rito Ordinário

EXEQUENTE: CLAUDIMIRO CARREIRA - (CNPJ/MF SOB O Nº 172.685.585-00)

Adv. do exequente: RUBENS PEREIRA DE CARVALHO (OAB/PR 16.794)

EXECUTADO(01): CONTERPAVI CONSTRUCOES TERRAPLANAGEM PAVIMENTAÇÕES LTDA – (CNPJ/MF SOB Nº 79.124.905/0001-23)

Adv. do executado: VALERIA SILVA GALDINO CARDIN (OAB/PR13.953)

EXECUTADO(02): GIUSEPPE LEGGI JUNIOR – (CNPJ/MF SOB Nº 527.682.799-00)

Adv. do executado: VALERIA SILVA GALDINO CARDIN (OAB/PR13.953)

QUALIFICAÇÃO DO(S) BEM(S): "Data de terras sob nº 10, da quadra nº 113-A, situada no Jardim Rebouças, Maringá-PR, com área de 480,00 m², com benfeitorias, com as divisas e confrontações constantes da matrícula **nº 26.508** do 3º Serviço de Registro de Imóveis de Maringá-PR."

DATA DA PENHORA: 14 de dezembro de 2023.

ÔNUS: AV05/26.508 – Ação premonitória, extraída dos autos nº 0167981-92.2012.8.06.0001, junto a 4ª Vara Cível de Fortaleza; AV09/26.508 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 0000897-69.2015.5.09.0020 junto a 1ª Vara do Trabalho de Maringá; AV10/26.508 – Arrolamento de Bens, referente ao processo nº 10950.724862/2016-11, junto a Secretária da Receita Federal de Maringá; AV11/26.508 – Arrolamento de Bens, referente ao processo nº 10950.724861/2016-11, junto a Secretária da Receita Federal de Maringá; AV12/26.508 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 0000197-10.2015.5.09.0662 junto a 4ª Vara do Trabalho de Maringá; AV13/26.508 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 0000785-85.2015.5.09.0025 junto a 1ª Vara do Trabalho de Umuarama; AV14/26.508 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 0000608-82.2017.5.09.0662 junto a 4ª Vara do Trabalho de Maringá; AV16/26.508 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 0000962-42.2015.5.09.0092 junto a Vara do Trabalho de Cianorte; AV17/26.508 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 0000961-57.2015.5.09.0092 junto a Vara do Trabalho de Cianorte; AV18/26.508 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 5000130-05.2014.4.04.7003 junto a 5ª Vara Federal de Maringá; AV19/26.508 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 5011471-62.2013.4.04.7003 junto a 5ª Vara Federal de Maringá; AV20/26.508 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 0007986-69.2019.8.16.0017 junto a 6ª Vara Cível de Maringá; AV21/26.508 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 0001035-26.2020.5.09.0872 junto a 5ª Vara do Trabalho de Maringá; AV22/26.508 – Existência da Ação,

referente aos autos nº 5008197-12.2021.4.04.7003, junto a 4ª Vara Federal de Porto Alegre; R23/26.508 – Prot. 168.977 – Penhora referente aos autos nº 0000336-81.2019.5.09.0092, credor Claudino Carreira, junto a Vara do Trabalho de Cianorte; AV24/26.508 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 5010340-76.2018.4.04.7003 junto a 4ª Vara Federal de Curitiba, conforme matrícula. Eventuais outros constantes da matrícula imobiliária, após a expedição do respectivo Edital de Leilão.

VALOR DA AVALIAÇÃO: R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), conforme auto de penhora e avaliação do ID fc23942, realizada em data de 14 de dezembro de 2023.

DEPOSITÁRIO: GIUSEPPE LEGGI JUNIOR, localizado na Rua Pioneiro Salvador Kessa, 605, Jardim Rebouças, Maringá-PR.

OBSERVAÇÃO: Diante do que dispõe o art. 891 do NCPC, não será aceito lance inferior a 80% (oitenta por cento) do valor da avaliação, em vista a previsão do § 2º do art. 843 do CPC/2015, que trata da garantia mínima da cota parte dos coproprietários, à qual incide sobre o valor da avaliação (id a27e785).

CONDIÇÕES e REGRAS GERAIS DO LEILÃO, deste Edital: Quem pretender arrematar os bens acima descritos deverá se cadastrar previamente com encaminhamento de todos os documentos pessoais/jurídicos, e a solicitação de habilitação, junto ao site: www.jeileiloes.com.br, com antecedência mínima de 24 horas antes do último dia útil que antecederá o leilão, seja ele em 1º e/ou 2º Leilão, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento.

Ficam cientes os interessados de que deverão verificar por conta própria a existência de todos os eventuais ônus reais existentes sobre os bens praceados e leiloados, recebendo tais bens no estado em que se encontram.

Em arrematação, poderá ser observada a forma parcelada (conforme autoriza o Provimento Geral Consolidado - artigos 281 a 283 e na forma do artigo 895 do CPC), sendo que, neste caso, o interessado deverá DEPOSITAR 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado, em até 30 (trinta) meses se bem imóvel, com atualização pelo índice IPCA, garantido pelo próprio bem (mediante anotação de hipoteca judiciária na matrícula), quando se tratar de imóveis e, quando se tratar de móveis, nos termos garantido **por caução idônea**, do art. 895, § 1º, do CPC (tais como: imóvel ou veículo livre e desembaraçado, apólice que atenda os requisitos estabelecidos no Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT nº 1, de 16/10/2019).

Para os bens móveis, por medida de eficiência e razoabilidade, **o parcelamento fica limitado a 12 (doze) meses, com parcelas no valor mínimo de R\$ 1.000,00 (mil reais).**

Conforme parágrafos 4º e 5º do artigo 895 do CPC, “no caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas”, restando certo ainda que o “inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação”.

Em caso de resolução da arrematação por inadimplemento, o arrematante perderá, em favor da execução, o sinal/entrada de 25%, voltando a leilão o bem executado (CLT, art. 888, § 4º).

Em vista do que dispõe a Recomendação 2/2008 da Corregedoria Regional da Justiça do Trabalho e a decisão do Conselho Nacional de Justiça no Procedimento de Controle Administrativo 200710000014050, independentemente do tipo de bem a ser levado à hasta pública (móvel ou

imóvel), a comissão do leiloeiro será de 5% (cinco por cento) do valor da arrematação, de responsabilidade do arrematante, e de 5% (cinco por cento) do valor da adjudicação, de responsabilidade do credor-adjudicatário.

Havendo pagamento da execução ou formalização de acordo, a(o) executada(o) arcará com as despesas do Leiloeiro.

Em casos de pagamento do débito ou formalização de acordo, o leilão somente será suspenso **mediante comprovação do pagamento de todas as despesas processuais e recolhimento das contribuições previdenciárias**, se houver.

Na hipótese de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a realização da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhora junto ao Cartório de Registro de Imóveis ou DETRAN, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicante.

Por ocasião de eventual arrematação/adjudicação, deverá o leiloeiro coletar a assinatura física ou eletrônica do arrematante para oportuna juntada nos autos, na forma do art. 903 do CPC, submetendo o documento à deliberação e assinatura do Juiz no prazo de 48 horas após o leilão, sendo que a partir da assinatura do respectivo auto pelo Juiz será a arrematação/adjudicação considerada perfeita, acabada e irretroatável (CPC, artigo 903), fluindo, a partir de 05 dias após o leilão, o prazo legal de que trata o artigo 903, § 2º do CPC, independentemente de nova intimação.

Negativo o leilão, ficam desde já autorizados o(s) leiloeiro(s) nomeado(s) a proceder(em) diretamente a alienação dos bens, conforme autoriza o art. 888, § 3º, da CLT pelo **prazo de 90 (noventa) dias** corridos, a qual deverá ser formalizada mediante termo de alienação expedido pelo leiloeiro, com a assinatura do adquirente, a ser encaminhado aos autos, condicionada a formalização da venda à homologação do Juízo da execução.

Intimem-se as partes, inclusive de que será adotado diretamente o procedimento que faculta o § 3º do art. 888 da CLT. A parte que não tiver procurador deverá ser intimada pelos Correios. O edital de leilão valerá como intimação do ato, se frustrada a tentativa de intimação das partes pelos Correios (Provimento Geral da Corregedoria Regional da Justiça do Trabalho da 9ª Região – Seção IV).

Caso os exequentes, executados, cônjuges, coproprietários, credores hipotecários ou qualquer outro interessado, não sejam cientificados, por qualquer razão, valerá o presente edital como intimação. (Provimento Geral da Corregedoria Regional da Justiça do Trabalho da 9ª Região - Seção IV).

Por ordem do Doutor EVERTON GONCALVES DUTRA, Juiz do Trabalho desta Vara do Trabalho de Cianorte/PR, eu, Edmilson Silva Leão, conferi e subscrevi o presente edital.

Cianorte, 10 de junho de 2025.

EDMILSON SILVA LEÃO

Diretor da VT de Cianorte